

## ENERGIA

# Térmica de Rio Grande voltará à pauta de debate em 2023

**A termelétrica terá uma capacidade de 1.238 mil MW, o que corresponde a 1/3 da demanda média de energia do RS**

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Mesmo tendo vencido um leilão promovido pelo governo federal em 2014 e garantido a venda da sua geração de energia, a termelétrica Rio Grande até agora não saiu do papel. Porém, a discussão sobre o projeto se mantém até hoje e deverá continuar durante o próximo ano.

Devido a atrasos no cronograma original das obras (a previsão era da operação da planta até janeiro de 2019), que enfrentaram problemas quanto à liberação do licenciamento ambiental na época, a outorga do projeto da usina foi revogada pelo Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2017. O projeto abrange ainda uma planta de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) e a instalação de um píer no porto de Rio Grande para a atracação dos navios que trarão o combustível. Essas estruturas somadas representam um investimento superior a R\$ 6 bilhões.

A termelétrica é planejada para uma capacidade de 1.238 mil MW, o que corresponde a um terço da demanda média de energia elétrica do Rio Grande do Sul. O grupo gaúcho Bolognesi, que venceu o leilão com a usina, possui atualmente um acordo de transferência dos direitos da térmica para a empresa espanhola Cobra (para essa movimentação ser confirmada é preciso do consentimento da Aneel). O prefeito de Rio Grande, Fábio Branco, se mantém otimista e aposta que o projeto terá um novo ânimo se a agência concordar com o repasse do controle do empreendimento para o Grupo Cobra. Ele ressalta que o órgão regulador do setor elétrico deverá analisar essa



A outorga do projeto da usina foi revogada pela Agência Nacional de Energia Elétrica em 2017, já que houve atrasos no cronograma das obras

possibilidade com mais aprofundamento no próximo ano. “Até então, as notícias eram apenas que estava cassada a outorga”, aponta. Branco salienta que há um empreendedor (a companhia espanhola) interessado na iniciativa que tem capacidade técnica e financeira para conduzir o projeto. Além disso, ele recorda que a usina já tem sua licença ambiental emitida.

O prefeito enfatiza que para o complexo ser materializado será obrigatório assegurar a vitória no leilão de 2014 e o contrato de compra de energia. Se a usina precisar ingressar em uma nova disputa, não haveria garantias que sairia bem-sucedida. “Qualquer outro certame é muito arriscado”, frisa. O dirigente destaca que, com a térmica, o Rio Grande

do Sul alcançaria um elevado patamar quanto à geração de energia elétrica firme (que não oscila com as condições climáticas). Contudo, um dos maiores benefícios da iniciativa seria o excedente do gás natural que seria trazido para alimentar a usina. Branco lembra que o gás que chega ao Estado pelo gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) já se encontra com uma capacidade muito limitada e a nova oferta poderia alimentar vários empreendimentos industriais.

O advogado da Termelétrica Rio Grande e sócio do escritório STP LAW, Celso Silva, prevê que no próximo ano, judicialmente, haverá evolução quanto ao processo da usina (a discussão sobre o complexo também tramita na Justiça). “E com todas as provas

trazidas aos autos, acredito que vamos ter um desfecho positivo (anulando a revogação do projeto na Aneel, validando o leilão realizado e dando continuidade ao projeto)”, comenta. Silva reforça que, apesar do tema estar sendo tratado no âmbito legal, ainda não foram abandonadas as negociações administrativas com o órgão regulador para se tentar achar uma solução. Para o advogado, o meio judicial é a chance da reparação de um enorme dano feito contra a gaúcha Bolognesi (que conduziu a iniciativa desde o início e pretende repassá-la ao grupo Cobra). Já conforme uma fonte que acompanha a situação, o grupo Cobra também não quer resolver a questão pelo meio judicial, o que traria dificuldades como, por exemplo, a tomada de

financiamento no mercado. O interesse da empresa espanhola, também de acordo com essa fonte, seria solucionar o assunto administrativamente na Aneel, no entanto a agência estaria relutante quanto a esse caminho e há o receio de que a companhia abandone o empreendimento. O presidente da Câmara Brasileira de Logística e Infraestrutura, Paulo Menzel, defende que a térmica de Rio Grande precisa ser confirmada e ele lembra que há um investidor interessado em fazer isso acontecer. “Continua no horizonte, precisa sair”, sustenta o dirigente. Para Menzel, a própria Aneel deveria adotar uma posição mais firme sobre essa questão, mas por enquanto o órgão regulador está apenas observando. “Isso é ruim para todos”, considera.

## Governo gaúcho divulga estudo de hidrogênio verde no primeiro trimestre

Inicialmente previsto para ser divulgado em dezembro deste ano, o estudo contratado pelo governo do Estado sobre o potencial do mercado de hidrogênio verde no Rio Grande do Sul será apresentado no começo do próximo ano, provavelmente em janeiro. Para a realização do trabalho foi contratada a consultoria McKinsey

& Company, por R\$ 4,9 milhões.

O prefeito de Rio Grande, Fábio Branco, adianta que o município da Metade Sul gaúcha deverá ter destaque nessa nova atividade. A localização geográfica da cidade, enfatiza o dirigente, permite que ela se credencie como um dos principais pontos do Estado para o desenvolvimento da produção de hidrogênio. Assim

como a condição da geração de energia eólica que pode ser usada para se obter o combustível, Rio Grande conta com o porto para satisfazer as necessidades logísticas dessa operação. “É uma oportunidade muito próxima e estamos atentos porque isso cria uma perspectiva de uma energia moderna, do futuro”, diz Branco.

O prefeito afirma que está esperando as conclusões da McKinsey & Company, porém não tem dúvidas que Rio Grande vai ser a prioritária na implantação de um projeto de hidrogênio verde no Estado. “A área de energia é muito promissora para o município”, diz. Quanto ao tema, o presidente da Câmara Brasileira de Logística e Infraestrutura,

Paulo Menzel, salienta que o Rio Grande do Sul tem um enorme potencial para aproveitar o mercado desse novo produto. Ele adianta que se trata do combustível do futuro, mas adverte que para melhor aproveitar a oportunidade, além da sua produção, é preciso planejar a logística que envolve a operação desse elemento químico.